



Câmara Municipal de São Paulo

DISCURSO PROFERIDO PELO VEREADOR NATALINI NA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21/02/13 – PEQUENO EXPEDIENTE

O **SR. NATALINI (PV)** - Sr. Presidente, Srs. Vereadores e telespectadores da TV Câmara São Paulo, não costumo ler os meus pronunciamentos, mas vou ler um documento:

"Na semana passada, a Imprensa paulistana noticiou que a Prefeitura de São Paulo deu início ao processo de implementação do Arco do Futuro, com a publicação de um edital de chamamento às margens do Rio Tietê. É importante lembrar que essa foi uma das principais propostas apresentadas por Fernando Haddad durante as eleições. Seu objetivo é promover uma nova forma de desenvolvimento no entorno do que hoje é o centro expandido de São Paulo, inclusive promovendo o repovoamento dessa área, procurando reverter o modelo perverso de expansão contínua da Cidade em direção a uma periferia desequipada, a necessidade de grandes deslocamentos etc.

De acordo com o edital, o estudo tem de demonstrar a viabilidade do projeto de intervenção, já definido de antemão como uma parceria público-privada. O fato é que as empresas interessadas têm 60 dias para apresentar um estudo de viabilidade para um projeto a ser implementado em parceria com o setor privado, levando em conta um modelo urbanístico, jurídico e econômico-financeiro para a operação.

De acordo com notícia da *Folha on-line*, em dezembro do ano passado Fernando Haddad visitou o projeto Porto Maravilha, no Rio, a convite da Odebrecht, uma das empresas do consórcio que está à frente do empreendimento na capital fluminense. A mesma empresa já declarou seu interesse na montagem de PPP semelhante em São Paulo, exatamente na área do Arco do Futuro. Ou seja, a publicação do edital pela Prefeitura



Câmara Municipal de São Paulo

parece partir de uma manifestação clara de interesse por parte de uma empresa que já desenvolve um projeto semelhante em outra cidade. E, cá pra nós, só quem faz um estudo de viabilidade em 60 dias é quem já está estudando área ou tem estudo pronto, ou seja, a própria Odebrecht.

Mas a questão fundamental nem é essa. Obviamente, a ideia do Arco do Futuro faz todo sentido e, na verdade, ela já está contida no atual plano diretor de São Paulo, aprovado em 2002, que considera essa área uma 'macro área de requalificação urbana'. Porém, se o caminho para sua implementação for mesmo esse que está sendo anunciado, a história já começa com dois erros fundamentais: um de processo, outro de projeto.

Na Faculdade de Arquitetura, na disciplina de Planejamento Urbano, nós ensinamos que primeiro se define o que se quer para a área, debatendo amplamente com a sociedade: ou seja, que cidade queremos? Qual é a transformação que desejamos para o lugar? Uma vez definido o que se quer, discute-se quais são os melhores instrumentos para implementar a proposta. O caminho que está sendo colocado agora é o contrário, ele começa com o instrumento, que é a parceria público-privada. A partir daí se definirá o projeto. Mas, se é parceria, a empresa tem de necessariamente ter lucro, e isso, claro, implica e compromete o projeto, na medida em que ele só ficará de pé se incluir a possibilidade de gerar grandes lucros imobiliários. A pergunta central, a partir disso, gira em torno da questão 'qual é o uso mais rentável desse solo?' e não do que a Cidade quer, demanda e precisa, ou seja, do que mais precisamos neste momento nesta cidade?'

O segundo problema é o próprio conteúdo anunciado da proposta. Estamos vendo se desenhar um projeto que já parte do pressuposto de que vai enterrar a linha de trem e construir um viário sobre esta. Mais uma



Câmara Municipal de São Paulo

vez o pressuposto 'qual é a grande obra viária que vamos fazer?', que orientou a maior parte dos governos de nossa cidade, aparece de novo. Ótimo para empreiteiras de túneis e avenidas, ótimo para aparecer no rol das atuações dos prefeitos/governadores. Mas seria ótimo para a Cidade? Será que é isso que a Cidade quer? E se os trilhos na superfície alavancarem um transporte de massa de alto desempenho para usos que não requererão os carros, não seria melhor? Não é esta a revolução que queremos?'

Finalmente, justificar a PPP com o argumento de que não há recursos públicos para investir na Cidade e usar o Porto Maravilha como modelo é um grande equívoco. O Porto Maravilha não conta com investimentos privados, a não ser nas futuras *trump towers* e congêneres que ali se erigirão - estas, aliás, também alavancadas com fundos públicos, como da Caixa. Todos os recursos são públicos, desde o solo, em sua maioria federal e estadual, até os milhões que a prefeitura do Rio está repassando mensalmente para o consórcio que está implementando e gerindo o projeto.

A discussão do Arco do Futuro, portanto, já começa invertida e torta. Quem disse que parceria é o melhor instrumento para esse projeto? Quem disse já não temos instrumentos de uso e ocupação do solo que podem ser mobilizados para a implementar mudanças, inclusive uma revisão radical, mais que necessária e urgente, do nosso caquético zoneamento? Com a revisão do plano diretor em pauta, esse é o momento de enfrentar esse debate."

Sr. Presidente, essa carta é da Arquiteta Rachel Rolnik, não é do Vereador Natalini nem de outra pessoa. Ela é uma pessoa respeitada, inclusive muito simpática ao PT. Quando o Sr. Prefeito lançou o



Câmara Municipal de São Paulo

chamamento em 7 de fevereiro, no mesmo dia recebeu em seu gabinete o Presidente da Odebrecht.

Diante dessas suspeitas, estou encaminhando ao Ministério Público, ao Sr. Promotor uma representação para que verifique a possibilidade de haver algum direcionamento nesse chamamento público para a empresa Odebrecht, do Arco do Futuro do Tietê; a possibilidade da suspeita levantada inclusive pela Arquiteta Rachel Rolnik.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, dessa leitura.

Obrigado, Sr. Presidente.